

124

EDUARDO DE SOUSA FERREIRA (COORDENADOR),  
HELENA RATO, FÁTIMA GEADA E SUSANNE RODRIGUES .

## ECONOMIA E IMIGRANTES

CONTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES PARA A ECONOMIA PORTUGUESA :

CELTA EDITORA  
OEIRAS / 2000

Capítulo 2  
IMIGRAÇÃO E CRESCIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL  
Aspectos teóricos da imigração

O crescimento económico e a elevação do nível de vida nos países industrializados, implicaram consequências na disponibilidade de mão-de-obra e também na forma da sua utilização. O prolongamento da escolaridade e dos processos de formação e a procura de empregos de remunerações mais satisfatórias são exemplos dessas consequências; também os fluxos do êxodo rural se revelaram insuficientes ou inadequados para compensar pressões demográficas ou técnicas sobre o mercado de trabalho. Pelo que o recurso à mão-de-obra estrangeira, de pontual ou sazonal se tornou sistemático em vários sectores da indústria e de serviços, permitindo uma oferta ilimitada de trabalho.

Este processo significou, na Europa um movimento migratório intra-europeu que alterou o sistema produtivo das regiões de emigração, nomeadamente o abandono da agricultura. No caso de Portugal, após alargado período de emigração surgiu uma falta significativa de mão-de-obra nomeadamente no sector secundário, o que significava que a emigração passava a ter efeitos negativos de carácter económico, para além dos seus outros aspectos negativos na generalidade. Tal conduziria a que, quando Portugal entrou numa fase de maior desenvolvimento económico, a necessidade de recorrer — tal como os outros países na Europa — a mão-de-obra estrangeira foi acrescida pela necessidade de compensar a hemorragia que a emigração provocara.

A imigração e o emprego dos trabalhadores estrangeiros na Europa foram assim adquirindo um carácter estrutural, criando um estrutura dualista do mercado de trabalho: a mão-de-obra nacional que tende a ocupar os melhores empregos e a mão-de-obra estrangeira com actividade laboral não necessariamente concorrencial com a da mão-de-obra nacional.

Sendo os modelos pós-keynesianos e neoclássicos inadaptados à compreensão da relação imigração / crescimento, apresentam-se os modelos tipo Lewis, nomeadamente numa utilização como a de Kindleberger, apropriados, não em todas as suas implicações mas na generalidade, a uma análise deste processo, dado que partem da hipótese da oferta ilimitada de trabalho e do carácter determinante da procura de trabalho no processo de crescimento.

A utilização de mão-de-obra estrangeira permite por um lado, evitar

estrangulamentos nos factores de produção ao longo do processo de crescimento e, por outro, criar novos postos de trabalho.

Com a possibilidade de recorrer à imigração as empresas podem criar novos postos de trabalho que elevam o nível do pleno emprego dos factores de produção e beneficiam a mão-de-obra nacional enquanto a mão-de-obra estrangeira se mantém profissionalmente pouco qualificada. O aumento da produção empresarial vai repercutir-se — de forma variável função da posição da empresa no processo de produção — nos fornecedores, passando estes a necessitar também de mais mão-de-obra. No caso da imigração em Portugal, por exemplo, sendo grande parte da mão-de-obra activa no sector da construção civil, o efeito nos fornecedores é de grande significado.

A utilização de mão-de-obra, para além da disponível originalmente na economia nacional, arrasta consigo um aumento do produto sectorial e, portanto, do produto nacional, na medida em que o empresário só a vai recrutar quando a sua produtividade marginal é superior ao custo marginal que a sua utilização implica. O impulso desta variável transmite-se à economia nacional na sua globalidade.

Na prática a empresa utiliza a mão-de-obra estrangeira quando a sua capacidade de produção não está a ser completamente utilizada ou quando dela necessita para novo investimento. Nestas situações a mão-de-obra estrangeira revela-se necessária quando a mão-de-obra nacional — tomando em consideração a sua qualificação ou disponibilidade — já está ocupada (ou quando não é possível aumentar a duração do trabalho).

Mas há que tomar em consideração que a mão-de-obra estrangeira tem uma propensão ao consumo inferior à nacional do mesmo nível de salário, dada a propensão à poupança daquela. Poupança essa que é remetida ao país de origem do imigrante e, portanto, sai do circuito nacional. Sendo isto a regra geral há que ter em consideração um conjunto de situação em que o comportamento difere. Uma boa parte dos imigrantes estabelece-se definitivamente no país onde trabalha passando a ter uma procura de bens duráveis e apresentando propensão à poupança superior à dos trabalhos nacionais. Aliás, mesmo antes de se estabelecer, o imigrante poderá não utilizar todas as suas poupanças para "remessas" para o seu país de origem mas sim, por razões de rentabilidade ou de insegurança políticas do seu país, aplicá-las no país onde trabalha, geralmente mais favorável em ambos os aspectos.

Mas mais relevante é o facto de o imigrante, recebendo baixos níveis de salários, contribuir para a formação de lucros mais elevados da empresa para cujo autofinanciamento, assim, contribui.

Verifica-se que uma das principais funções da mão-de-obra imigrante é a de fonte de recrutamento suplementar com características que favorecem a economia do país onde essa mão-de-obra é activa. Tal permite-lhe ter a função de "amortecedor" a que se recorre conforme as necessidades impostas pela conjuntura: em fase de expansão aumentar o número de imigrantes, em fase de recessão e diminuir-lo. Todo um conjunto de leis que regulam a ocupação de trabalhadores estrangeiros, principalmente a licença de trabalho, garante normalmente que o sistema funcione.

Esta função exercida pelo imigrante confere ao sistema económico uma elasticidade potenciadora das possibilidades de equilíbrio, na medida em que permite dosear mais facilmente a proporção dos factores, evitando as consequências desequilibradoras duma alteração conjuntural brusca. A curto prazo, quando surge a ameaça dum impasse impeditivo do crescimento as empresas pouco mais podem utilizar que a mão-de-obra imigrante para adaptar de forma imediata o seu emprego efectivo ao emprego desejado.

Estas vantagens são acrescidas do facto de se tratar de mão-de-obra mais barata que a nacional. Isto em vários sentidos. Primeiramente a mão-de-obra estrangeira implica custos sociais de reprodução mais baixos. Todos os custos respeitantes ao sustento e formação do trabalhador até à altura de emigrar são suportados pelo país de emigração, o que significa uma poupança relevante para o país de imigração. Mas os custos sociais de reprodução incluem também o sustento de todos aqueles elementos da sociedade que não trabalham: filhos, cônjuges que não trabalham, velhos e doentes. O custo social médio dum trabalhador é tanto mais elevado quanto mais elevado for o número daqueles elementos, isto é, quanto menor for a taxa de activos na sociedade. Ora os emigrantes no todo representam um grupo com uma taxa excepcional de activos. O emigrante encontra-se, na generalidade, nos anos mais vigorosos da sua vida; ele emigra sozinho, ou, se acompanhado pela mulher, esta vai também para trabalhar; velhos incapazes de trabalhar são praticamente inexistentes no grupo dos emigrantes. Isto significa, portanto, uma taxa elevada de activos entre os emigrantes e, portanto, custos sociais de reprodução mais baixos do que os dos trabalhadores nacionais dos países de imigração.

Este um dos aspectos da mão-de-obra barata. Um segundo aspecto é o facto de se recorrer a uma grande percentagem de trabalhadores estrangeiros não especializados, cuja oferta nos países de emigração é grande e, por tal, permite o pagamento de salários baixos. Isto, mesmo se nos países de imigração as leis impõem salários iguais na mesma profissão; dado que a profissão de trabalhador não especializado não é facilmente definível, os empresários criam postos especiais, normalmente o posto de "ajudante", que poderá então ser pago abaixo do salário legal do profissional correspondente. Não só em relação aos trabalhadores estrangeiros não especializados, como a todos os imigrantes em geral, deparam ainda as empresas com custos sociais secundários mais baixos; oriunda de sociedades pobres, a população dos imigrantes é uma população pouco exigente.

A questão da falta de qualificação profissional mantém-se, na prática, por todo o tempo de actividade do imigrante. A aprendizagem limita-se a determinadas execuções técnicas do trabalho bem como à familiarização com o mundo do trabalho industrial. Mantém-se, assim, por todo o tempo a possibilidade de o empresário praticar uma diferenciação salarial em desfavor do imigrante.

Em relação com esta problemática tem encontrado larga divulgação a ideia de que a existência de trabalhadores imigrados tem como efeito travar a subida dos salários reais nos países industrializados. Independentemente do facto de as estatísticas existentes não permitirem estabelecer um coeficiente de correlação entre as alterações salariais e o emprego de mão-de-obra estrangeira, uma tal tese

pressupõe a existência dum mercado de trabalho homogéneo que realmente se constatava a quando da formação da teoria clássica, mas que não é mais existente nas economias actuais. Na realidade o mercado de trabalho está hoje dividido em mercados parciais que não concorrem uns com os outros, falando-se a este propósito de "balcanização dos mercados de trabalho". A grande parte dos imigrantes não tem ocupação no fundo da escala de trabalho; os trabalhadores imigrantes não concorrem no mercado de trabalho com os trabalhadores nacionais. Pelo contrário, eles preenchem as lacunas que surgem pela ascensão profissional e social dos trabalhadores nacionais.

Ao apresentar-se o trabalhador estrangeiro como um travão da subida dos salários reais, está-se a ignorar que o nível salarial num certo momento corresponde ao nível tecnológico e de organização dos trabalhadores e à situação do mercado, factores dos quais depende a função de produção respectiva. Assim, prescindir da mão-de-obra imigrante, não teria como efeito melhorar a condição (salários) dos trabalhadores nacionais, mas sim, dado que nas condições dadas uma outra função de produção é impossível, levar à estagnação, pelo menos a curto prazo.

Se a tese de que os trabalhadores travam a subida geral dos salários é insustentável, isso não impede que a sua divulgação não tenha criado preconceitos entre os trabalhadores nacionais contra eles. Tais preconceitos puseram-se aliás na lógica dessas sociedades em que a classe trabalhadora é cuidadosamente dividida: dum lado os trabalhadores nacionais, conscientes de se encontrarem no seu meio, usufruindo de todas as vantagens sociais porque devidamente organizados (e com as respectivas vantagens a longoprazo); do outro lado os imigrantes, alheados do seu meio, muitas vezes alheios à luta dos trabalhadores nacionais porque sabem não se manter o tempo suficiente no país para usufruir das vantagens que dela só a longo prazo advêm, porque constantemente inseguros na sua situação de estrangeiros que podem a todo o momento ser expulsos, porque regularmente imbuídos da ideia de juntar o mais rapidamente possível umas poupanças que lhes permitam voltar à sua terra e estabelecer-se e evitando assim no país de imigração qualquer atitude que possa retardar ou impedir tal objectivo.

### Capítulo 3

## CONTRIBUTO DA IMIGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO PORTUGUÊS

### Metodologia de avaliação

A metodologia que utilizámos, para avaliar o contributo da imigração para o desenvolvimento socioeconómico português, centra-se essencialmente na vertente económica. Esta opção decorre da teoria sobre migrações, em particular no que respeita quer ao processo decisório do imigrante quer à sua receptividade no país de acolhimento.

Em ambos os casos o factor determinante, mais essencial, é o mercado de trabalho, pelo que a socialização dos imigrantes depende do modo como se efectua a sua integração no mercado de trabalho, embora condicionada pela legislação que regula o processo imigratório no país de acolhimento. Neste âmbito, o direito ao reagrupamento familiar constitui um paradigma digno de realce, pois potencia o aumento dos pontos de inter-relação entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento, ao alargar a estrutura demográfica da imigração, em termos da pirâmide etária.

O indicador, por excelência, de avaliação do contributo dos imigrantes para a economia portuguesa é a quota parte do PIB por eles gerado. No caso dos trabalhadores por conta de outrem, para se estimar esse indicador, seria necessário dispor-se do número total de trabalhadores, em cada sector de actividade, diferenciados segundo a nacionalidade, as categorias e funções profissionais, os níveis de remuneração e a carga horária de trabalho. No caso dos trabalhadores por conta própria, independentes ou empresários, teria também de conhecer-se os respectivos volumes de negócios, lucros e rendimentos. Este conjunto de informações permite estimar o valor acrescentado pelos imigrantes, em cada sector de actividade, a partir do qual é possível avaliar o respectivo contributo para a formação do PIB, desde que este esteja igualmente desagregado por sectores de actividade e factores de produção.

Acontece que os dados quantificados disponíveis estão longe de nos permitir calcular aquele indicador. O INE, além dos dados censitários, publica todos os anos informações sobre estatísticas demográficas. No que se refere aos imigrantes, as estatísticas publicadas pelo INE têm como fonte o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), pelo que incluem apenas os imigrantes com residência legalizada. Estes são desagregados por nacionalidade de origem, segundo a distribuição geográfica (distritos e regiões autónomas) da residência em Portugal, a condição perante o

trabalho e a profissão (não activos e activos, estes distribuídos pelas profissões, segundo a classificação CNP de 1980) e a situação na profissão (patrões e trabalhadores por conta própria, trabalhadores por conta de outrem e outros). É certo que os Censos Demográficos fornecem informação sobre a estrutura etária e condições de vida da população imigrante, com destaque para as condições de alojamento e o acesso ao saneamento e ao equipamento básico. O problema com os Censos reside na fiabilidade dos dados apurados, numa questão tão sensível como a imigração. Com efeito, verifica-se um elevado défice das respostas obtidas junto dessa população, quer porque muitos imigrantes têm receio de responder quer porque não sabem responder. Assim, por exemplo, no caso da comunidade cabo-verdiana, o Censo de 1991 regista metade dos indivíduos recenseados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, apresentando mesmo valores menores aos do Recenseamento de 1981!<sup>1</sup>

Claro está que, no conjunto da sociedade portuguesa, há muito mais informação sobre os imigrantes, por exemplo, nas autarquias, nas escolas, no Serviço Nacional de Saúde e nas delegações da Inspeção Geral do Trabalho. Mas como se trata de uma informação dispersa e não devidamente tratada, dificilmente pode ser utilizada.

Com a informação actualmente disponível, o contributo dos imigrantes para o desenvolvimento socioeconómico português só pode ser avaliado de forma indirecta, recorrendo ao que podemos designar de metodologia possível.

Assim, a avaliação do contributo dos imigrantes para a economia nacional foi feita a partir do perfil ocupacional dos imigrantes, estabelecido com base nos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, publicados pelo INE, sobre a nacionalidade de origem, o sexo, a população activa, a posição na ocupação, o tipo de profissão e o local de residência. Nesta avaliação utilizámos, também, os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras sobre os períodos de legalização extraordinária de 1993 e 1996, estudos de outros investigadores, alguns dos quais utilizaram inquéritos, e informações recolhidas através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas em Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, onde há uma grande incidência da imigração.

Os Concelhos inicialmente seleccionados foram Amadora, Cascais, Loures e Oeiras. Infelizmente, apesar de esforços reiterados só conseguimos obter a colaboração atempada dos Municípios de Loures e da Amadora. O conteúdo integral das entrevistas, dirigidas às próprias Autarquias, a escolas, Centros de Saúde e Associações de Imigrantes figura nos anexos da presente publicação.

### Perfil ocupacional dos imigrantes

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 31 de Dezembro de 1998, havia 129.551 estrangeiros, originários de países não comunitários, com residência

1 Fernando Luís Machado, *Guineenses em Portugal: Etnicidade e Integração*, Relatório de Progresso apresentado à JNICT (projecto PCSH/SOC/748/93), 1995.

legalizada, em Portugal (quadro 3.1). Desses 129.551 imigrantes, 60% eram do sexo masculino.

Em termos de origem, verificamos que a nacionalidade mais representada é a de Cabo Verde, seguindo-se o Brasil, Angola e Guiné-Bissau. No conjunto, os originários dos PALOP representam 60,4% do total de imigrantes legais. Adicionando-se-lhes os brasileiros, atingimos uma percentagem de 75,7%, valor amplamente demonstrativo do predomínio dos imigrantes de expressão portuguesa. A repartição por nacionalidade de origem dos imigrantes desagregados por sexo, não altera esse predomínio. Em 1998, a percentagem de imigrantes originários de países de expressão oficial portuguesa era de 76,2% para o sexo masculino e de 75,1% para o sexo feminino.

Entre os imigrantes de expressão portuguesa, as situações mais equilibradas no que respeita a composição, por sexo, dizem respeito a S. Tomé e Príncipe, ao Brasil e a Moçambique. Cabo Verde e Angola apresentam taxas de repartição muito semelhantes, com as mulheres a representar 40% do total de imigrantes legais. Mas, no caso da Guiné essa percentagem desce para 27%, a mais baixa no conjunto de todas as nacionalidades.

O predomínio dos imigrantes, oriundos de países de língua oficial portuguesa, tem raízes históricas que se prendem com o passado colonial de Portugal. No século XX, foi na década de sessenta que o Governo português iniciou uma política de recrutamento massivo de cabo-verdianos, para colmatar o défice de mão-de-obra decorrente do êxodo emigratório dos portugueses para a Europa e do recrutamento militar para a guerra colonial. Segundo o Censo de 1981, 47% dos cabo-verdianos, então residentes, declararam ter imigrado para Portugal antes de 1973.<sup>2</sup> Em 1971/72, os barcos que levavam os militares para o teatro de guerra, em África, quando regressavam passavam por Cabo-Verde para carregar imigrantes.<sup>3</sup>

Ao contrário dos cabo-verdianos, a imigração dos guineenses é recente: Um inquérito efectuado em 1995, revelou que 75% dessa imigração é posterior a 1984. Segundo Machado,<sup>4</sup> isso explicaria a baixa representatividade do sexo feminino. A este facto, Machado acrescenta os condicionamentos impostos à imigração pelas autoridades portuguesas, nos últimos anos. Em nossa opinião esses argumentos são insuficientes, pois foi também na década de oitenta que disparou a imigração brasileira (figura 3.1), sendo a sua estrutura sexual equilibrada, com o sexo feminino a ter uma representatividade significativamente superior à verificada para os cabo-verdianos.

Ao elevado grau de masculinidade da imigração guineense corresponde a mais alta taxa de actividade, no conjunto das nacionalidades de imigrantes (

- 2 Rui Pena Fires, "A imigração", in Francisco Betencourth e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999.
- 3 Ver entrevista a Manuel Correia da Associação de Moradores e Proprietários do Bairro do Zambujal, Concelho de Loures.
- 4 Fernando Luís Machado, "Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal", in Ana Benavente (coord.), *A Literacia em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Conselho Nacional de Educação, Lisboa, 1996



Quadro 3.1 Imigrantes legalizados, segundo a origem e o sexo, a 31 de Dezembro de 1998

Origem	Total	Representatividade (%)	Sexo masculino (%)	Sexo feminino (%)
Europa	3.886	3,0	52,4	47,6
PALOP	78.291	60,4	61,4	38,6
Angola	16.487	12,7	60,1	39,9
Cabo Verde	40.093	30,9	59,9	40,1
Guiné	12.894	10,0	73,1	26,9
Moçambique	4.429	3,4	55,9	44,1
S. Tomé e Príncipe	4.388	3,4	50,9	49,1
Outros África	4.176	3,2	62,7	37,3
América do Norte	10.310	8,0	57,8	42,2
Canadá	2.083	1,6	61,5	38,5
EUA	8.065	6,2	57,1	42,9
Am. Sul e Central	24.728	19,1	55,7	44,3
Brasil	19860	15,3	54,1	45,9
Ásia e Oceânia	7.887	6,1	57,9	42,1
China	2.477	1,9	65,1	34,9
Apátridas	273	0,2	56,0	44,0
Total	129.511	100,0	59,6	40,4

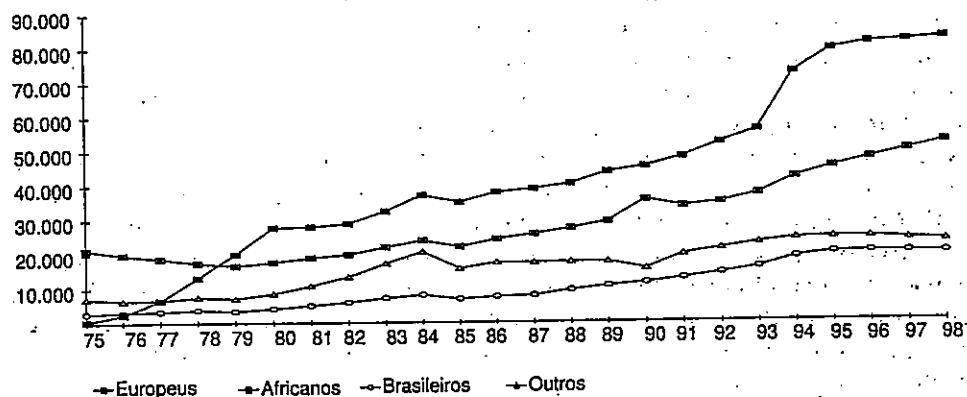


Figura 3.1 Estrangeiros com residência legalizada

quadro 3.2), i.e. 63,3%, bem superior à de Cabo Verde que atinge os 56%. Mas, muito provavelmente, estas taxas estão subestimadas devido ao facto da maior parte destes imigrantes trabalharem no sector da construção civil, onde a incidência de trabalho clandestino é muito elevada.

Com efeito, em 1991, segundo um estudo publicado nos *Caderno de Ciências Sociais*,<sup>5</sup> a incidência de trabalho clandestino no sector da construção civil, a nível

5 José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, "Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil", *Cadernos de Ciências Sociais*, 15/16, 1996.

nacional, era de 45,4%. Por sua vez, no estudo já citado, Machado refere que, em 1995, 70% dos activos masculinos guineenses trabalhavam no sector da construção civil e que 63% desses trabalhadores não tinham contrato de trabalho. No caso dos cabo-verdianos não possuímos estes dados. No entanto, sabemos que se trata de uma imigração preponderantemente laboral,<sup>6</sup> cujo historial está inequivocamente relacionado com a necessidade de Portugal ter de importar mão-de-obra pouco qualificada para a construção civil. Cruzando estas informações com a repartição dos imigrantes por tipo de profissão (quadro 3.4), podemos concluir que a grande maioria dos imigrantes cabo-verdianos, do sexo masculino, trabalha igualmente no sector da construção civil.

A repartição dos imigrantes segundo a posição na ocupação mostra que a quase totalidade dos cidadãos originários dos PALOP (97%) são trabalhadores por conta de outrem, sendo que no caso dos cabo-verdianos essa percentagem ronda os 99%. Entre os PALOP, os moçambicanos ostentam a maior taxa de trabalhadores por conta própria, a saber, mais de 14%. Esta situação decorre do facto de uma elevada percentagem de imigrantes moçambicanos serem de etnia indo-paquistanesa, comunidade com forte apetência para a actividade comercial. Com efeito, um inquérito,<sup>7</sup> realizado em 1992, à população de origem indiana residente na Área Metropolitana de Lisboa, concluiu que 56% desses imigrantes (1.203 num total de 2.137) eram originários de Moçambique. No que se refere à importância da actividade comercial desenvolvida pelos imigrantes de etnia indiana, esse inquérito conduziu aos valores indicados no quadro 3.3.

No entanto, entre os imigrantes originários de países de expressão portuguesa, são os brasileiros que apresentam a maior percentagem de trabalhadores por conta própria (26,3%). A explicação deste fenómeno prende-se com a repartição dos imigrantes por tipo de profissão (quadro 3.4); visto 46,4% dos brasileiros activos residentes estarem ocupados em profissões científicas e técnicas, onde a incidência das profissões liberais independentes é naturalmente elevada. Como termo de comparação, deve referir-se que, em 1998, 42,4% dos estrangeiros residentes activos, cidadãos da União Europeia, tinham profissões técnicas e científicas.<sup>8</sup>

Este perfil da imigração brasileira é relativamente recente, tendo começado a delinear-se a partir da década de 80. Com efeito, anteriormente, a imigração brasileira correspondia à habitual contracorrente da emigração portuguesa, estabelecendo-se sobretudo nos distritos do Norte e Litoral de Portugal e dedicando-se a actividades relacionadas com a agricultura. Esta realidade reflecte-se ainda no facto de cerca de 8% dos imigrantes brasileiros activos estarem incluídos no grupo "outras profissões" (quadro 3.4) e continuarem a apresentar uma distribuição geográfica, no que respeita a residência, bastante dispersa (quadro 3.5).

6 Pires, obra citada.

7 Malheiros, Jorge Macaísta, *Imigrantes na Região de Lisboa: os Anos da Mudança*, Edições Colibri, Lisboa, 1996.

8 Pires, obra citada.

**Quadro 3.2** Taxas de actividade e posição na ocupação dos imigrantes, em 1998 (segundo a origem)

Origem	Taxa de actividade (%)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores por conta de outrem (%)
Europa	53,6	33,6	66,1
PALOP	54,7	3,1	96,8
Angola	50,8	4,2	95,7
Cabo Verde	56,0	1,1	98,8
Guiné	63,3	4,0	95,8
Moçambique	44,0	14,2	85,8
S. Tomé e Príncipe	44,8	7,2	92,5
Outros África	53,1	30,2	69,6
América do Norte	43,6	38,9	57,6
Canadá	34,6	11,4	88,6
EUA	45,2	43,3	52,6
América do Sul e Central	47,5	25,4	74,3
Brasil	50,8	26,3	73,4
Ásia e Oceânia	51,5	26,9	72,9
China	57,3	11,2	88,8
Apátridas	54,8	31,0	69,0
Total	52,3	12,1	87,5

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1998

**Quadro 3.3** Distribuição dos estabelecimentos comerciais de indianos étnicos, segundo o ramo de actividade (1992)

Tipo de comércio	Total (Lisboa)	Estabelecimentos indianos (n)	Estabelecimentos indianos (%)
Comércio grossista	1449	98	6,76
Comércio retalhista	11639	196	1,68
Alimentar	2897	25	0,86
Prod. quím./farm/drogaria	779	15	1,93
Vestuário e calçado	2380	34	1,43
Mobiliário e decoração	807	66	8,18
Quinquilharia/bijutaria	265	13	4,91
Ourivesaria/relojoaria	743	10	1,35
Papelaria/tabacaria	288	21	7,29
Outros	3480	12	—

Fonte: Malheiros, obra citada.

Segundo Pires,<sup>9</sup> o declínio da emigração portuguesa para o Brasil, a partir de 1954, levou à contracção da contracorrente imigratória.

Mas, no decurso da década de oitenta, a crise brasileira do endividamento externo e o surto de crescimento económico, em Portugal, decorrente da adesão à CEE e da queda do preço do petróleo, provocaram não só o aumento da imigração brasileira mas, também, o seu padrão socioprofissional, visto a maior parte dos novos imigrantes serem quadros pertencentes à classe média.

9 Pires, obra citada.

Quadro 3.4 Repartição dos imigrantes segundo o tipo de profissão, em 1998 (repartição percentual segundo a origem)

Origem	Profissões científicas e técnicas	Dirigentes e quadros administrativos	Pessoal administrativo	Pessoal do comércio e vendedores	Trabalhadores da indústria, construção e transportes	Outras profissões <sup>(1)</sup>
Europa	60,8	7,6	2,7	9,0	13,8	6,1
PALOP	4,5	0,3	2,9	2,6	78,8	11,0
Angola	7,3	0,2	2,3	2,9	73,5	13,8
Cabo Verde	1,6	0,1	3,0	0,8	84,9	9,7
Guiné	6,0	0,2	1,8	1,8	81,0	9,2
Moçambique	13,6	3,1	7,8	24,1	42,8	8,5
S. Tomé e Prínc.	9,9	0,3	4,7	3,6	58,2	23,2
Outros África	22,5	12,3	2,6	19,0	38,6	5,2
América do Norte	59,2	6,6	2,2	2,9	24,0	5,1
Canadá	29,7	7,7	3,1	8,1	43,2	8,1
EUA	63,6	6,4	2,1	2,0	21,3	4,6
América do Sul e Central	45,6	4,5	6,1	12,2	24,3	7,3
Brasil	46,4	4,4	6,8	12,1	22,4	7,8
Ásia e Oceânia	22,5	8,9	2,2	27,3	15,0	24,2
China	7,7	3,5	0,8	21,9	13,7	52,4
Apátridas	23,0	8,7	7,1	20,6	35,7	4,8
Total	17,9	2,4	3,4	6,4	59,4	10,4

(1) inclui pessoal dos serviços de protecção e de segurança, dos serviços pessoais e domésticos, agricultores, criadores de gado, trabalhadores agrícolas e florestais, pescadores e caçadores

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Estatísticas Demográficas do INE, 1998.

Além do Brasil, a imigração da América Latina mais significativa é proveniente da Venezuela. Esta imigração, assim como a canadiana, resultam da contracorrente da emigração portuguesa, facto atestado pela localização da residência em Portugal. Em 1997, 78% dos imigrantes venezuelanos e 34% dos imigrantes canadianos fixaram-se na Madeira e nos Açores, respectivamente.<sup>10</sup> Em termos ocupacionais, a imigração venezuelana é bastante heterogénea, 38% tendo profissões científicas e técnicas e 40% sendo trabalhadores pouco qualificados. No caso dos imigrantes canadianos, a situação é idêntica (quadro 3.4). Outro aspecto relevante da imigração venezuelana e canadiana, que confirma a hipótese da contracorrente, é a elevada percentagem dos que adquirem a nacionalidade portuguesa, levando a uma aparente retracção dessas comunidades.<sup>11</sup>

Neste contexto, a elevada percentagem de quadros entre a imigração venezuelana e canadiana reflecte, sem dúvida, a existência de uma fracção importante relacionada com a implantação de empresas ou de negócios daqueles países em Portugal. Esta é, também, a explicação para 66% dos imigrantes oriundos dos EUA terem profissões técnico-científicas ou serem dirigentes e altos quadros administrativos (quadro 3.4), embora continue a haver uma imigração que

10 Pires, obra citada.

11 Pires, obra citada.

corresponde à contracorrente e que se localiza essencialmente nos Açores e distritos onde foi maior a incidência da emigração portuguesa para os EUA.

Entre os asiáticos, distinguem-se dois pólos principais de origem, a saber, o subcontinente indiano e a China. Os imigrantes do subcontinente indiano englobam os três países da região, i.e. Índia, Paquistão e Bangladesh. Trata-se de uma imigração que segue a corrente aberta em 1975, com a chegada de imigrantes moçambicanos dessas etnias, em que os novos imigrantes, mais desqualificados, trabalham essencialmente para patrões hindus. Como já referimos, são comunidades essencialmente viradas para actividades comerciais, embora haja uma percentagem significativa de quadros, quase todos de origem goesa ou hindu.<sup>12</sup>

A imigração chinesa é bem mais recente, tendo sido originada quando surgiu a perspectiva da devolução de Macau à República Popular da China. Está concentrada nas actividades de hotelaria e restauração, pelo que a sua principal ocupação é no sector de serviços e comércio, sendo que 88% dos imigrantes são trabalhadores por conta de outrem, sendo os patrões preponderantemente de origem chinesa.

O perfil ocupacional dos imigrantes reflecte-se na sua distribuição geográfica, levando a uma concentração nos distritos onde tem sido maior o esforço governamental na construção acelerada de infra-estruturas e onde a construção civil tem tido maior desenvolvimento, a saber, Lisboa, Setúbal e Faro (quadro 3.5, coluna 2). Com efeito, em 1998, no seu conjunto, estes três distritos concentravam 81,4% dos imigrantes legais. Esta extrema concentração resulta da elevada percentagem dos africanos na população imigrante, quer em termos globais (63,6%) quer em termos dos residentes legais nos referidos distritos (72,8%).

Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras relativos aos pedidos de legalização durante os processos de legalização extraordinária, que ocorreram em 1993 e 1996, apontam para um reforço da concentração dos imigrantes nos distritos de Lisboa e Setúbal. Assim, por exemplo, no processo de regularização extraordinária de 1996, 89% dos pedidos foram feitos junto da Direcção Regional de Lisboa do Ministério da Administração Interna, enquanto que na Direcção Regional de Faro só foram efectuados 2% do total de pedidos.

No processo de 1993, houve 23.000 regularizações, número que representa cerca de 24% dos imigrantes com residência regularizada, na altura. Em 1997 os pedidos de regularização foram 35.082, ou seja, cerca de 28% dos residentes legais. Quanto à distribuição por origem, indica que a grande massa da imigração clandestina é proveniente de origem África (figura 3.2). Segundo Pires,<sup>13</sup> essa população inclui sobretudo trabalhadores jovens a residir nas zonas suburbanas de Lisboa e Setúbal, inseridos nos sectores económicos mais desqualificados e mais mal remunerados, como a construção civil (no caso dos homens) e os serviços domésticos (no caso das mulheres).

Quanto aos imigrantes originários da América Latina, a distribuição geográfica está menos concentrada devido à importância relativa do fluxo de retorno da

12 Malheiros, obra citada.

13 Pires, obra citada.

Quadro 3.5 Distribuição geográfica dos imigrantes, segundo a origem, em 1998: representatividade de cada grupo de imigrantes nos distritos e regiões autónomas (1)

Distritos e regiões autónomas	Repartição do total de imigrantes	África	América do Norte	América do Sul	Ásia e Oceânia	Europa
Aveiro	4,8	18,7	12,5	63,1	2,8	2,8
Beja	0,2	45,2	9,6	26,0	3,7	13,4
Braga	1,6	30,6	6,1	53,9	4,5	4,6
Bragança	0,1	53,1	5,0	29,1	8,9	3,8
C. Branco	0,3	37,1	15,5	32,2	6,4	3,2
Coimbra	2,4	44,2	10,6	35,9	6,0	3,8
Évora	0,3	56,5	6,2	24,4	5,9	6,3
Faro	8,2	62,9	8,1	13,3	9,0	1,5
Guarda	0,4	23,3	38,2	33,3	3,7	5,3
Leiria	1,1	39,7	25,4	26,8	2,5	2,3
Lisboa	61,9	71,7	6,3	12,8	6,8	10,4
Portalegre	0,2	63,2	6,7	15,2	3,1	4,7
Porto	5,4	31,8	4,8	51,2	7,3	3,8
Santarém	0,7	56,3	15,6	18,3	5,8	1,3
Setúbal	11,3	87,4	1,7	6,7	2,9	3,9
Viana do Castelo	0,5	18,7	27,7	45,1	4,5	2,4
Vila Real	0,4	27,2	13,6	54,4	2,3	2,9
Viseu	0,7	17,7	12,8	63,1	3,5	3,2
Açores	1,7	15,4	74,3	5,8	1,2	10,2
Madeira	1,0	13,9	7,9	64,2	2,7	2,9
Total	100	63,8	8,0	19,1	6,1	3,0

(1) os dados inscritos nestas cinco colunas somam 100% em linha.  
 Fonte: Estatísticas Demográficas do INE, 1998

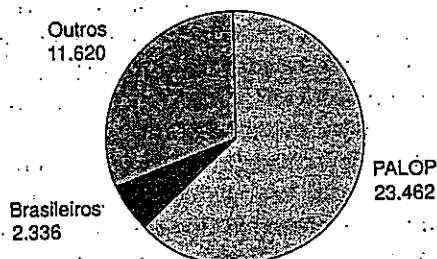


Figura 3.2 Pedidos de legalização extraordinária 1996

emigração portuguesa, facto que justifica a sua elevada representatividade nos distritos tradicionalmente exportadores de excedentes populacionais para o Brasil e Venezuela, como é o caso dos distritos de Aveiro, Porto e Braga e da Região Autónoma da Madeira. Este mesmo fenómeno explica a elevada incidência, nos Açores, de imigrantes provenientes da América do Norte.

Deve recordar-se que na década de oitenta houve uma alteração da tipologia dos imigrantes brasileiros, muitos deles não necessariamente luso descendentes,

passando a predominar os profissionais técnico-científicos. Este novo fluxo têm-se concentrado em Lisboa, onde residem 40% dos imigrantes da América Latina, embora este grupo só represente 12,8% do total de imigrantes residentes nesse mesmo distrito.

### Avaliação do contributo dos imigrantes para o desenvolvimento socioeconómico português

Em função da análise efectuada no ponto anterior, podemos começar por destacar a importância dos imigrantes africanos na concretização das grandes obras públicas e no *boom* da construção civil, que ocorreram essencialmente na região da Grande Lisboa, a partir de 1986, quando começaram a entrar os fundos comunitários do FEDER. Com efeito, para além dos números, quem não se lembra de vê-los a trabalhar domingos e feriados, ou mesmo de noite, na construção do Centro Cultural de Belém, da Ponte Vasco da Gama, da linha férrea na Ponte 25 de Abril, do Metropolitan de Lisboa, da Expò-98, dos Centros Comerciais Vasco da Gama e Colombo e de outros espalhados pela capital, assim como na edificação de novos bairros ou na reconstrução do Chiado?

A necessidade imperiosa dessa mão-de-obra, pouco exigente dos seus direitos e bastante mal paga, associada à ineficácia da actual legislação em matéria de imigração, traduziu-se num significativo acréscimo da imigração clandestina, facto atestado pelo resultado dos processos de regularização extraordinária de 1993 e 1996.

Recentemente, em comunicação pública aos meios de comunicação, realizada a 24/2/2000, o Sindicato da construção, madeiras, mármore, pedreiras, cerâmica e material de construção alertou para o notório acréscimo da presença de trabalhadores ilegais nas obras, em curso, da Capital da Cultura, do Euro 2004 e da Ponte do Infante. Na altura, o porta-voz do Sindicato referiu que o trabalho clandestino é uma das causas da elevada sinistralidade no sector da construção e citou diversos casos de sobreexploração, invocando, designadamente, situações em que os empregadores denunciam a presença dos trabalhadores ilegais ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para se esquivarem ao pagamento dos salários devidos. A ocorrência de tais factos, que se verificam essencialmente em pequenas empresas de subcontratação, foi-nos confirmada por inspectores do trabalho.<sup>14</sup>

Nestas condições, o contributo dos imigrantes para o sector da construção civil e obras públicas ultrapassa a mera participação efectiva enquanto mão-de-obra, tendo funcionado como factor de redução de custos e, subsequentemente, de acréscimo na produtividade. Esta realidade transformou o sector da construção no principal motor da economia portuguesa, nos últimos anos. No período 1994-98, o valor

14 Domitília Gomes e Helena Serra, que apresentaram uma comunicação no 2º Encontro INA, realizado a 30 e 31 de Março, na Fundação Gulbenkian em Lisboa, com o título "Novas metodologias de acção inspectiva: experiência de gestão de programas".

acrescentado do sector cresceu a uma taxa média anual de 5,6%. Em 1998, o sector da construção contribuiu para 51% da formação bruta de capital fixo e 13% do PNB.<sup>15</sup> Quanto à população feminina imigrante, de origem africana, deve destacar-se o seu papel na prestação de serviços pessoais, sobretudo domésticos, papel seguramente sub avaliado nas estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, visto muitos desses serviços não serem declarados. Ora o trabalho das empregadas domésticas constitui um contributo imprescindível para um elevado número de famílias da classe média portuguesa, residentes nas grandes áreas urbanas, dada a elevada taxa de actividade feminina e a ainda significativa carência de infra-estruturas de apoio à família, de que são exemplo as creches.

Na análise efectuada ao longo deste capítulo, verificámos a importância crescente que tem vindo a assumir a imigração de quadros brasileiros, com elevadas qualificações científicas e técnicas. Esse crescimento levou à transformação radical da tipologia ocupacional da imigração brasileira cujo perfil se assemelha, actualmente, ao dos europeus comunitários activos, residentes em Portugal. Estamos, portanto, perante uma imigração com uma estrutura de qualificação claramente superior à da população activa portuguesa, pelo que o seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico nacional é, necessariamente, elevado.

No que respeita à imigração proveniente da América do Norte compõe-se, fundamentalmente, de dois grupos bastante diferentes, a saber, os quadros com profissões científicas e técnicas ou dirigentes e a contracorrente da emigração portuguesa. Os primeiros estão geralmente afectos a empresas multinacionais, pelo que a sua presença é um indicador do investimento estrangeiro. Já no caso do segundo grupo, o seu principal contributo consiste em reduzir o défice demográfico de regiões onde se continua a verificar um acentuado fluxo emigratório da população local, de que é paradigma os Açores.

Temos, por fim, a imigração de origem asiática, cuja presença é ainda bastante discreta, mas ao que tudo indica com tendência a aumentar. Com tivemos ocasião de referir, trata-se de uma imigração virada para o pequeno e médio comércio ou para a restauração e hotelaria que se caracteriza por os empregadores recorrerem quase exclusivamente a trabalhadores com a mesma origem étnica. O contributo mais visível desta imigração são os restaurantes chineses e o comércio de mobiliário e de bazares, onde se vendem os artigos mais diversos, desde quinquilharia a electrodomésticos. Este comércio é a principal actividade dos imigrantes de origem hindustânica (incluindo neste grupo os paquistaneses e os originários do Bangladesh) e concentra-se em Lisboa, na zona do Martim Moniz, Av. Almirante Reis, ruas Fernando da Fonseca, do Benfornoso e dos Cavaleiros.<sup>16</sup>

Até aqui limitámo-nos a fazer uma avaliação do contributo da imigração para o desenvolvimento socioeconómico português, no médio prazo. No longo prazo, a avaliação pressupõe tomar-se, também, em consideração o contributo em termos demográficos e civilizacionais.

15 The Economist Intelligence Unit, *Country Profile*, Portugal, 1999-2000, Londres.

16 A rua dos Cavaleiros fica no Bairro Santo António dos Cavaleiros, a Odivelas, zona onde se concentra uma elevada percentagem de cidadãos originários de Goa, Malheiros, obra citada.



A importância da componente demográfica decorre do contributo da imigração para o rejuvenescimento da pirâmide etária portuguesa e, conseqüentemente, para aumentar a proporção da população activa na população total. A este propósito deve referir-se as recentes conclusões do relatório da ONU sobre a população mundial, onde se afirma a necessidade dos países da OCDE importarem imigrantes de outras regiões, para compensar a perda de população devido ao seu envelhecimento. Com efeito, o envelhecimento dessa população, provocado pelos efeitos conjugados do decréscimo da natalidade e do aumento da longevidade, conduzirá nas próximas décadas à implosão demográfica. No caso de Portugal, o dito relatório prevê a perda de 1,7 milhões de habitantes, até ao ano 2050, se a implosão não for compensada pela imigração de população jovem, com um padrão de natalidade superior ao português.

Neste domínio, verifica-se, actualmente, que nas comunidades de origem africana a taxa de natalidade é superior à média nacional. Uma das razões apontadas para esta realidade é o facto de o nascimento de um filho ser motivo de valorização do estatuto da mulher, levando a maternidades precoces, no âmbito do padrão civilizacional europeu. A este propósito, vale a pena referir a opinião dos responsáveis dos Centros de Saúde de Sacavém e da Reboleira<sup>17</sup> e, em particular, a afirmação do Dr. Carlos Silva, responsável pelo serviço de saúde pública da Amadora: "uma mulher que chegue aos 20 anos sem ter tido um filho fica desvalorizada aos olhos de algumas comunidades africanas".

O contributo civilizacional, ou seja sociocultural, está indissolúvelmente ligado ao binómio capacidade de aculturação dos imigrantes à sociedade portuguesa e capacidade desta sociedade para integrar de forma harmoniosa<sup>18</sup> as comunidades imigrantes.

O facto da grande maioria dos actuais imigrantes serem de expressão portuguesa poderá ser um ponto favorável ao sucesso da resultante daquele binómio. Dizemos poderá porque, sobretudo entre a comunidade cabo-verdiana, a língua utilizada é o crioulo, facto apontado como sendo a principal causa do elevado grau de insucesso escolar das crianças, pela dificuldade que têm em compreender a construção sintáctica da língua portuguesa.<sup>19</sup> Além disso há que considerar as condições de vida da população imigrante, condicionante incontornável das duas componentes do binómio.

Seguramente que, no caso dos quadros e profissionais científicos e técnicos brasileiros, as duas componentes do vector sucesso, i. e. aculturação e integração, são de fácil realização. Mas que dizer dos imigrantes de origem africana, habitando em condições precárias nos concelhos limítrofes de Lisboa, onde, naturalmente, se acumulam os que não têm a situação devidamente regularizada?

17 Ver respectivas entrevistas nos Anexos.

18 Esta é a expressão utilizada no preâmbulo do Decreto Lei 244/98, de 8 de Agosto, que regula o processo imigratório.

19 A este propósito, recomenda-se a leitura das entrevistas efectuadas à Prof. Maria Clara da Escola Primária do Zambujal, e à Prof. Albertina Trábulo da Escola Secundária D. João V, incluídas nos Anexos.

Sobre este problema são ilustrativas as opiniões recolhidas nas entrevistas que figuram nos Anexos. Assim, por exemplo, a Dra. Manuela Esteves, do Departamento de Habitação de Áreas Degradadas da Câmara Municipal da Amadora, refere a propósito do levantamento efectuado no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER): "Em 1993, foram recenseados 21.000 indivíduos, o que significa 6.500 famílias (...). Nos núcleos degradados a população divide-se em portugueses mi-grantes (do interior Norte, Sul e Ilhas) e imigrantes (sobretudo de Cabo-Verde mas, também, guineenses, angolanos e são-tomenses). Existem bairros degradados onde a população predominante é portuguesa, mas existem muitos outros constituídos apenas por africanos (...). Não existem números concretos sobre os imigrantes residentes no concelho. Estima-se que metade dos indivíduos recenseados sejam imigrantes, mas é muito difícil chegar a um número exacto porque os indocumentados não fazem parte dos levantamentos do PER. Nem mesmo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem números conclusivos sobre os imigrantes na Amadora".

Claro está, que a vivência em condições degradadas conduz à *guetização* e à marginalização, esta geralmente mais acentuada nos imigrantes de 2.<sup>a</sup> geração por não aceitarem ser tratados como cidadãos de segunda categoria no país onde nasceram. Esta atitude conduz à rejeição da aculturação, através do reforço de pertença à identidade de origem, como forma de defesa da dignidade individual. A resultante pode ser a implantação de um sentimento de etnicidade que dificulta a integração e potencia situações de confronto, em que a criminalidade é uma das manifestações.

Em função das informações disponíveis, o problema da criminalidade entre as "minorias étnicas" não atinge, em Portugal, proporções alarmantes. Contudo, 9% da população prisional, que é predominantemente jovem, é constituída por estrangeiros, percentagem essa bem superior à da presença estrangeira em Portugal, a saber, cerca de 2% incluindo os cidadãos comunitários.

Em suma, parafraseando Pires,<sup>20</sup> podemos concluir que o contributo dos imigrantes para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal, passa, também, pela "minimização das tendências de exclusão e de estigmatização que hoje afectam a maioria dos imigrantes africanos — o que é o mesmo que dizer, a maioria dos imigrantes".

Nesta matéria, há felizmente a registar o trabalho desenvolvido por Câmaras, escolas e outras entidades que lidam com os problemas dos imigrantes mais carenciados,<sup>21</sup> a inclusão pela primeira vez no actual programa de Governo de uma política de imigração e, *last but not the least*, o projecto da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, em que este estudo se insere.

20 Pires, obra citada.

21 Ver entrevistas dos Anexos.